

AS ESTRUTURAS SINTÁTICAS MARCADORAS DE POSSE EM PORTUGUÊS E EM INGLÊS

THE SYNTACTIC STRUCTURES INDICATING POSSESSION IN ENGLISH AND IN PORTUGUESE

Marília Dias Ferreira¹

Os limites da minha linguagem denotam os limites do meu mundo. (WITTGENSTEIN, *Tractatus logico-philosophicus*, 5.6)

Resumo

O presente artigo abrange um questionamento das estruturas marcadoras de posse em português e em inglês, tentando identificar os valores sócio-histórico-culturais que tais estruturas podem esconder/revelar. O suporte filosófico do texto apóia-se desde Herder, que faz da linguagem um tema filosófico, até Wittgenstein, senhor da *filosofia analítica*. Para fazer uma análise formal do discurso, Russel e Wittgenstein encarregam a lógica da linguagem disso. Importantes gramáticos das duas línguas nos embasam com suas estruturas gramaticais dando-nos sustentação dentro da gramática normativa na abordagem realizada. A linguagem, em sentido amplo, constitui-se de fatores físicos, socioculturais, psicológicos e lingüísticos. Esses fatores explicam o *porquê* da linguagem e o seu funcionamento, contudo não conseguem defini-la. O vaivém cíclico entre as palavras, as coisas e as significações evidencia-nos que a *realidade*, o *pensamento* e a *linguagem* são inseparáveis, suscitando, referindo e interpretando uns aos outros. Colocamos nossa investigação frente a uma sintaxe relacional porque a lógica tradicional da linguagem não explica todos os fatos e proposições que descrevem as *relações*. O questionamento central é se, numa cultura, o ser humano se sobressai ao capital (coisa possuída); ou, na outra, se o capital se sobrepõe ao ser humano (possuidor).

Palavras-chave: Questionamento das estruturas marcadoras de posse; Valores sócio-histórico-culturais.

Abstract

The objective of this article embraces a questioning of the possession structures in Portuguese and in English, trying to identify the social, historical and cultural values that such structures can hide or disclose. The philosophical support of the text is presented from Herder – that does a philosophical theme of the language – to Wittgenstein, master of the *analytical philosophy*. The logic of the language is charged of doing a formal analysis of the speech by Russell and Wittgenstein. Distinguished grammarians of the two languages give us basis with their grammatical structures

¹Mestre em Lingüística, professora da UNIPAC-Uberaba.
mariliadiasferreira@yahoo.com.br

offering us the support of the normative grammar in the approach that is done. The language, in wide sense, is constituted of physical, sociocultural, psychological and linguistic factors. These factors explain the reason of the language and its operation, however they aren't able to define it. The cyclical sway among the words, the things and the meanings shows us that the *reality*, the *thought* and the *language* are closely together, raising, referring and interpreting one another. We place our investigation in front of a syntax of the relations because the traditional logic of the language isn't able to explain all the facts and propositions that describe the relationships. The central questioning is whether, in a culture, the human being is worth more than the capital (possessed thing); or, in the other, if the capital is put upon the human being (possessor).

Key-words: Questioning of the possession structures; Social, historical and cultural values; Philosophical support.

1 Introdução

Este artigo se propõe a um questionamento que almeja confrontar as estruturas sintáticas marcadoras de posse em português e em inglês. Em português, a coisa possuída precede o possuidor, estabelecendo entre ambos uma conexão através do conectivo *de* (*o carro de João*); porém, em inglês, o possuidor precede a coisa possuída, fazendo a conexão relacional entre os termos através do acoplamento do *'s* ao possuidor (*João's car*). Por isso, fica-nos evidente que as estruturas se diferem pela inversão sintático-estrutural no posicionamento do possuidor e da coisa possuída, suscitando-nos alguns questionamentos.

Que valores sócio-histórico-culturais podem uma língua *esconder*, ou, ao contrário, *revelar* a partir de uma simples estrutura sintática que, simplesmente, troca/inverte a posição do possuidor com a coisa possuída? O termo que é mencionado primeiro é o mais importante, ou é apenas um mascarador da importância do segundo?

Seguindo uma classificação ordinária elementar, provavelmente o termo que surge primeiro na estrutura deveria carregar um peso significativo/representativo maior. Portanto, esta ordem revela (ou esconde?)

características dominantes do povo que domina essa língua que poderia nos levar a conhecer deles fatos e comportamentos que, talvez, muitos e outros povos jamais tenham percebido.

Possíveis inferências advindas dessas observações poderão vir a confirmar a sintaxe como a estrutura gramatical detentora-mestra dos valores de um povo em seu todo histórico, social e cultural; e, não somente, como a seqüência lógico-significativa tacitamente acordada para se chegar a uma compreensão semântica da linguagem.

2 Embasamento Filosófico

Johann Gottfried Herder (1744 -1803), poeta e filósofo alemão antiiluminista, revelado no período do romantismo e idealismo, escreveu em 1767 (sua primeira obra), *Sobre a Nova Literatura Alemã: Fragmentos*, na qual destaca a questão da linguagem como “instrumento, receptáculo, substância da literatura”, tema que novamente retoma em *Ensaio sobre a Origem da Linguagem*, em 1772. Com essas obras, Herder faz da linguagem um tema filosófico, destacando que a linguagem é o *único órgão e critério da razão*.

Segundo Herder (*apud* ABRÃO, 2004), a linguagem não é apenas um instrumento da comunicação, mas também o próprio pensamento em ato. O conhecimento não se separa da forma lingüística em que se expressa, e por isso a linguagem também constitui o limite do pensamento, ainda que com uma certa mobilidade. Além disso, para Herder, a linguagem não se organiza apenas segundo princípios racionais. As palavras irradiam a capacidade de comunicação para os domínios mais amplos da vida e das forças que a integram, modificam-na e a expressam.

Herder rejeita dois pontos de vista anteriores referentes à linguagem: o teológico, segundo o qual a linguagem é uma criação de Deus; e a

interpretação naturalista de Condillac, que considerava a linguagem como o resultado da imitação dos sons dos animais. Sem dúvida, esses pontos jamais conseguiriam desenvolver o complexo sistema de comunicação e significação – produto do progresso histórico. É necessário algo mais que o instinto animal para esse desenvolvimento, exatamente porque os homens vivem no universo histórico e não no meramente natural. O homem, cercado de objetos históricos – a sua própria criação – precisa da inteligência e da reflexão, sem as quais não conseguiria perceber nem desdobrar esse mundo histórico.

Isso vem nos revelar que, desde as primeiras línguas, não existem apenas nomes expressando determinados conceitos, mas também verbos, que revelam a ação do homem sobre o mundo natural, transformando-o em cultura. Esse é o motivo, segundo Herder, pelo qual a linguagem se constitui não apenas como manifestação das formas que refletem necessidades e desejos dos homens na luta para a criação de seu próprio espaço, mas também como uma esfera de ação na qual se depositam as experiências humanas, garantindo homogeneidade e memória histórica a cada povo.

Dessa forma, esse autor propõe uma investigação da linguagem inseparável de uma concepção histórica. Ele critica, então, os pensadores iluministas, que conceberam a história como progresso de um homem abstrato, dotado sempre de uma mesma natureza.

A história constitui-se, então, dos esforços dos homens que, em cada época, em cada lugar, e de modo concreto, buscam tornar-se aquilo que é exclusivo ao homem – ser provido de reflexão e inteligência –, mas que deve ser modelado e desenvolvido. Não se trata do progresso humano em geral, porém da sucessão dos povos, cada qual com sua particularidade e força, manifestando-se como povos particulares.

Assim, discorreremos no próximo tópico, apoiados em reflexões filosóficas, sobre a constituição da linguagem e sua importância na construção histórica e nas relações por ela estabelecidas.

2.1 No Crivo da Linguagem

No final do século XIX e começo do século XX, existe uma proliferação de linguagens: a física é cada vez mais uma construção formal do que a compreensão daquilo que os gregos chamavam *physis*; a psicanálise busca interpretar a linguagem do inconsciente; e ousa-se pensar que o pensamento, afinal, não passa de linguagem.

No final do século XIX, começou-se um vasto movimento de renovação filosófica denominado de *filosofia analítica*. Nos seus primeiros momentos, esse movimento contou, entre seus maiores expoentes, com as figuras do inglês Bertrand Russel, do alemão Friedrich Ludwig Gottlob Frege (1848-1925) e do austríaco Ludwig Wittgenstein (1899-1951).

Wittgenstein (*apud* ABRÃO, 2004) é autor de uma das obras fundamentais da filosofia contemporânea, *Tractatus Logico-Philosophicus*. Nesse texto de 80 páginas, ele conclui que somente se pode pensar e representar de modo discursivo, lógico, a realidade empírica. As questões transcendentais inspiradoras de grande parte dos filósofos seriam impensáveis e indescritíveis. A partir disso, não haveria, então, *teoria* filosófica e sim uma *atividade* filosófica, fazendo a análise lógica das proposições empíricas e a dissolução lógica dos possíveis problemas teóricos da filosofia. Essa dissolução abriria caminho para que os filósofos tivessem um acesso direto àquilo que, em vão, buscavam pelo discurso não-representativo e não-intelectual – um sentimento místico.

Em *Investigações Filosóficas*, publicada depois de sua morte, ele abandona as idéias do *Tractatus*, mas continua negando à filosofia o estatuto de teoria. Nesta obra, a filosofia passa a ser uma *atividade* que esclarece as “condições de significatividade” das expressões da linguagem e dissolve os contra-sensos originados pela não-atenção a essas condições.

2.2 A lógica do pensamento

No parecer de Abrão (2004, p. 420/421),

a filosofia analítica não pode ser classificada como uma corrente filosófica. Nela encontramos muitas concepções diferentes e até opostas sobre vários temas filosóficos e sobre a própria filosofia, o que impede a delimitação de um único perfil ou de uma escola. O que todas as ramificações têm em comum, entretanto, é a utilização do método de análise lógica da linguagem.

A linguagem e, principalmente, a relação entre as palavras e as coisas ou os fatos sempre constituíram uma preocupação filosófica. Platão, no diálogo *Crátilo* (*apud* ABRÃO, 2004), já se debruça sobre a questão, buscando elucidar o fundamento da significação das palavras. Aristóteles faz um estudo bastante desenvolvido dos usos da linguagem em conexão com as regras da lógica. O tema, também, apresenta-se nas filosofias da Idade Média e do Renascimento. No século XVII, a abordagem mais ampla e original do problema da linguagem é, sem dúvida, a de Leibniz, verdadeiro precursor da análise lógica da linguagem.

O que faz do alemão Gottfried Leibniz um referencial histórico relevante é seu interesse pelo aspecto formal da linguagem – não somente do ponto de vista da descrição lingüística, mas também da perspectiva de uma purificação que a tornasse um instrumento adequado à formulação e à resolução de questões filosóficas. A concepção cartesiana de uma matemática universal frutificou em Leibniz no projeto de uma língua artificial formalizada, a *Característica Universal*, isenta das ambigüidades da linguagem natural, e com regras de combinatória que tornaria possível, dada qualquer questão, resolvê-la por meio de um “cálculo”; isto é, pela simples aplicação das regras de combinação dos símbolos. É evidente que, em Leibniz, esse esforço se fundamentava numa crença metafísica no paralelo que se faz entre a lógica do nosso pensamento e a estrutura das coisas, refletindo a lógica divina.

No final do século XIX, quando essa problemática ressurge, a perspectiva é, de certa forma, inversa. Nessa ocasião, é chegado o momento de compatibilizar a expressão dos fatos com uma lógica mais perfeita que a estrutura gramatical das línguas naturais, para avaliar, de maneira crítica, o alcance significativo da linguagem. Em outras palavras, trata-se de averiguar, por exemplo, até que ponto os problemas (e muitas das soluções) colocados na filosofia são diretamente derivados do caráter intrinsecamente confuso e obscuro da linguagem ordinária.

2.3 A análise formal do discurso

Na normalidade, temos confiança na linguagem. Temos a crendice de que as palavras e a ordenação sintática do discurso traduzem o nosso pensamento com uma fidelidade razoável. No dia-a-dia não temos de lutar com as palavras para comunicar aos outros aquilo que pensamos, ou seja, o comunicador da língua não se preocupa com as relações sintáticas ao fazer seus proferimentos e, mesmo assim, consegue expressar suas idéias.

Todavia, isso só acontece porque as palavras, basicamente, existem para o gênero comunicativo, e não para a construção de expressões lógicas. Porém, se a linguagem for utilizada para formular questões precisas, e não somente para transmitir o conteúdo geral do nosso pensamento, encontraremos enormes dificuldades para gerir as palavras e a sintaxe naturais. E, isso só acontecerá porque a forma, nesse caso, assume uma relevância maior que aquela apresentada na comunicação ordinária.

A forma é do domínio da lógica, ciência das leis formais do pensamento e de sua expressão. A função da lógica seria traduzir a linguagem comum em proposições ou sentenças carregadas de maior precisão formal. Por conseguinte, ela (a lógica) é o instrumento da análise formal da linguagem. A proposta de Russel e Wittgenstein (*apud* ABRÃO, 2004) é de que a lógica

assuma exatamente esse papel, não só para esclarecer a forma da linguagem, mas também porque, já que as proposições são expressões de fatos, a análise lógica colaboraria também para elucidar a forma lógica dos fatos.

A partir dessas análises nasce um problema fundamental. Sem dúvida, a tarefa de esclarecer a forma proposicional da linguagem foi aquela que a sua lógica tradicional não conseguiu cumprir de modo eficiente, talvez porque, durante muitos séculos, tenha-se julgado que a lógica formal deveria tematizar o pensamento, e não as suas formas concretas de expressão. O domínio da expressão ficou abandonado à gramática; esta, no entanto, não consegue se ajustar às exigências lógico-formais sempre que se faz necessário. Será que a lógica tradicional da linguagem, permanente durante séculos com a estrutura básica dada por Aristóteles, constituía ainda um instrumento adequado para uma análise formal da linguagem em nível profundo?

A lógica tradicional da linguagem é essencialmente atributiva, quer dizer, suas típicas proposições são aquelas em que um predicado é atribuído ao sujeito: “José é famoso”, por exemplo. Ela se fundamenta numa metafísica divisora do mundo entre substâncias (sujeitos) e acidentes (qualidades ou atributos). No entanto, há muitos fatos e proposições não enquadráveis nesse modelo, sobretudo quando pensamos em proposições que descrevem **relações**. Especialmente devido a esse problema, Russell e outros filósofos precisaram propor uma extensão da lógica tradicional da linguagem, a qual em momento algum a torna inválida, mas a coloca em seu devido lugar: como parte de um todo muito mais amplo. Este pode ser constatado quando observamos que, segundo Almeida (1960), a partir de uma análise sintático-oracional, temos em uma oração mais do que um sujeito e predicado (classificados como termos *essenciais* de uma oração). Temos, também, os termos *integrantes* (que aparecem na oração completando necessariamente o sentido de algum outro termo), e os *acessórios* (que aparecem com um caráter estritamente informativo).

No item a seguir, explicitaremos as relações sintático-gramaticais das línguas portuguesa e inglesa em suas estruturas, a fim de dar suporte necessário à análise ora proposta.

3 Corpus para análise: Relações sintáticas de posse

De acordo com os mais respeitados gramáticos do século XX, tanto da Língua

Inglesa quanto da Portuguesa, o caso genitivo, ou seja, possessivo com os substantivos, apresenta-se de acordo com as normas de uma gramática-sintática-estrutural as quais respeitam os padrões evolutivos de cada língua/povo para elucidar, em primeira instância, a significatividade relacional.

De acordo com Eckersley & Eckersley (1980), na Língua Inglesa, o caso gramatical é a relação na qual um substantivo ou pronome junta-se a alguma outra palavra na sentença, ou é a forma do substantivo ou pronome que mostra tal relação. (tradução nossa).

No Inglês antigo (Old English), os substantivos tinham cinco casos: o nominativo, o vocativo, o acusativo, o genitivo e o dativo, cada um geralmente distinto pelas terminações de casos. No Inglês moderno (Modern English), há somente uma terminação de caso para os substantivos: o possessivo (ou genitivo). Não existe distinção na forma entre os substantivos que estão no caso nominativo e os que estão no caso objetivo, embora essa distinção exista com alguns pronomes.

O possessivo, ou o caso genitivo, mostra posse, usando a palavra '*possession*' no mais amplo sentido. Dessa forma, a forma possessiva "John's father" não significa que John 'possui' seu pai; nem "Shakespeare's death" significa que Shakespeare 'possuía' a morte. A forma genitiva é usada para indicar não apenas posse no 'strict sense' da palavra, mas algo significado por outro substantivo, que se refere à pessoa.

A forma possessiva é, principalmente, usada com nomes de seres humanos e alguns animais. Vejamos alguns exemplos: *John's friend*, *Mrs. Brown's car* e *the cat's tail*. Com objetos inanimados, usa-se a construção com a preposição 'of'. Por isso dizemos:

“The leg of the table”, e não “the table's leg.” (‘a perna da mesa’ – tradução nossa).

Quando uma palavra possessiva qualifica um substantivo que tem uma certa força verbal (isto é, que denota uma ação), a relação desse substantivo com a palavra possessiva pode ser (i) de um verbo com o sujeito, ou (ii) de um verbo com o objeto. Então:

“*Thompson's murder*” pode implicar (i) que Thompson cometeu o assassinato, ou (ii) que Thompson foi assassinado.

Nos exemplos (i), o caso genitivo indica o sujeito ou o “fazedor” da ação. São chamados de *genitivo subjetivo*. Nos exemplos (ii), ele indica o objeto ou o receptor da ação. São, então, exemplos de *genitivo objetivo*.

Não há, nas gramáticas da Língua Inglesa, um esclarecimento sobre o fato de o possuidor ser um elemento da *comissão de frente* nessa estrutura sintática. Simplesmente exemplos fixos nos introjetam esses valores, como “*João's car*,” guardados dentro dessa língua desde o inglês antigo (Old English). Contudo, essa mesma gramática, silenciosa a respeito do possuidor, diz-nos que o segundo substantivo (coisa possuída) dessa estrutura frasal seria o núcleo, ou seja, a ‘headword’ da mesma. Isto pode ser perfeitamente verificado quando observamos que a concordância verbal se dá com o segundo substantivo, e nunca com o primeiro:

“The Presidents’ *proclamation* **was** welcomed by the people.” (A proclamação dos presidentes **foi** bem-recebida pelo povo. – tradução nossa).

Na Língua Portuguesa, de acordo com Bechara (1989 p. 197), “a sintaxe é o estudo dos padrões de uma língua determinados pelas relações recíprocas na oração e das orações no discurso”. A sintaxe pode, ainda, ocupar-se do emprego dos vocábulos, estudando as relações recíprocas e o emprego deles, considerados como partes da oração.

Segundo Almeida (1960), os termos da oração se classificam em: essenciais, integrantes e acessórios. Os *essenciais* são o sujeito e o predicado; os *integrantes*, os complementos nominal e verbal, e o agente da passiva; e os *acessórios*; os adjuntos adnominal e adverbial, e o aposto. O *corpus* desse estudo está englobado, na oração, dentro dos termos acessórios ao deter-se nos adjuntos adnominais. Enquanto os termos integrantes são praticamente exigidos na oração para que ela tenha um sentido completo, os termos acessórios são os complementos nela empregados com efeito meramente informativo.

Vale lembrar aqui, com bastante cuidado, que a relação entre o possuidor e a coisa possuída é adjuntiva e, conseqüentemente acessória. Contudo, a unidade que se forma do *possuidor + coisa possuída* pode ser integrante ou essencial, pelo fato de que este conjunto pode vir a ser sujeito, objeto ou predicado, de acordo com a análise sintática dos termos componentes da oração.

Ainda sob a ótica de Almeida (1960), **adjunto adnominal** é a denominação dada a toda palavra ou expressão que, junto de um substantivo, modifica-lhe a significação. Em termos comparativos ou aclaradores, o *predicativo* é o nome que se dá, em análise sintática, ao complemento que modifica a significação de um substantivo por intermédio de um verbo de ligação; e o *adjunto adnominal* é o complemento do substantivo preso ou adjunto a ele, sem nenhum verbo de permeio.

Quando o adjunto adnominal se constitui de uma expressão, na grande maioria das vezes, esta se inicia com a preposição *de*, mas a significação do adjunto pode variar. Embora sintaticamente não exista diferença entre os

complementos “carro de João” e “carro de plástico”, posto que ambos sejam adjuntos adnominais, todavia, há diferença de sentido. Se em “carro de João” temos um adjunto adnominal indicador de **posse**, em “carro de plástico” o adjunto adnominal, que indica característica/determinação, é uma locução adjetiva.

Segundo Bechara (1978), o adjunto adnominal é uma expressão que especifica ou individualiza um nome ou pronome. Isso quer dizer que as palavras e/ou expressões determinantes do sujeito – ou a *qualquer outro termo expresso por um substantivo* – para caracterizá-lo adequadamente são nomeadas como *adjuntos adnominais*.

O adjunto adnominal pode ser expresso por:

- a) adjetivo ou locução adjetiva:

Moça *ajuizada*

Moça *de juízo*

Moça *sem juízo*

- b) pronomes adjuntos:

Meu nome

Este livro

Nenhum amigo

Cada dia

Os alunos *cujos* trabalhos corrigimos são excelentes.

Que coisa absurda!

- c) artigo (definido ou indefinido):

O amor

Um amigo

- d) numeral:

Dois irmãos

Primeira dama

e) expressões que, além de qualidade (cf. a), exprimem **posse** ou especificação:

Livro *do* (*de+o*) *Matheus*

Roda *de* *alumínio*

Quanto ao emprego das preposições (Bechara, 1989), dentre as várias indicações da preposição *de*, temos aquela que indica a pessoa, coisa, grupo ou série a que pertence ou de que se destaca/realça, por qualquer razão, o nome precedido de preposição. Vejamos alguns exemplos:

“A credulidade e confiança **de** muitos tolos faz o triunfo **de** poucos velhacos” (M. de Maricá).

O livro **de** Luísa. [coisa possuída + marcador de posse (de) + possuidor].

Os amigos **da** escola. (de +a).

Após a exposição reflexiva das relações possessivas das estruturas sintático-gramaticais das duas línguas em questão, sentimo-nos respaldados a construir nossas considerações finais.

4 Considerações Finais

Chauí (2004) nos diz que durante um tempo considerável a filosofia esteve diretamente preocupada com a linguagem no que concerne à definição de sua origem e a suas causas.

A linguagem é natural aos homens ou é uma convenção social? Este foi o primeiro “apartheid” envolvendo o assunto, surgido na Grécia. Caso a linguagem seja natural, as palavras possuem um sentido próprio e faz-se necessário; e, por ser convencional, as palavras são decisões consensuais da

sociedade. Nesse caso, são arbitrárias. Pode-se concluir que a *linguagem*, como capacidade de expressão dos seres humanos, é natural, pois os humanos nascem com uma aparelhagem física, anatômica e fisiológica que lhes permite expressarem-se pelas palavras.

As *línguas*, portanto, são convencionais. Elas surgem de condições históricas, geográficas, econômicas e políticas determinadas, isto é, são fatos culturais. A partir do momento em que se constitui uma língua, ela se torna uma estrutura ou um sistema dotado de necessidade interna, passando a funcionar como se fosse uma coisa natural, algo possuidor de suas próprias leis e princípios, independentes dos sujeitos falantes, seus usuários.

A linguagem, *in lato sensu* – abrangendo língua e fala ou palavra –, de acordo com Chauí (2004, p. 156), constitui-se por quatro fatores fundamentais:

- a) *fatores físicos* (anatômicos, fisiológicos, neurológicos, motrizes e sensoriais), nos concedem a possibilidade de plena comunicação: falar, escutar, escrever e ler;
- b) *fatores socioculturais*, marcam a diferença entre as línguas, e entre as linguagens dos indivíduos. Assim, o português e o inglês referem-se a sociedades e culturas diferentes, tal como a linguagem do maior poeta místico brasileiro – Alphonsus de Guimaraens – e a de Guimarães Rosa, correspondentes a momentos diferentes da cultura no Brasil (embora ambos sejam considerados grandes neólogos);
- c) *fatores psicológicos* (emocionais, afetivos, perceptivos, imaginativos, lembranças, inteligência), fazem brotar em nós a necessidade e a vontade da comunicação e da informação, assim como criam em nós uma capacitação para a *performance* lingüística, podendo ser ela cotidiana, artística, científica ou filosófica;
- d) *fatores lingüísticos*, entendidos como a estrutura e o funcionamento da linguagem, são determinantes da nossa *competência* e da nossa *performance* como seres capazes de criar e compreender as significações.

Tais fatores nos dizem o *porquê* da existência da linguagem e o seu funcionamento. Contudo, eles não são capazes de nos informar o *que é a linguagem*. Numa visão fenomenológica, diz-se que a linguagem não é um mecanismo psicomotor – mesmo quando o indivíduo apresenta os fatores *a* e *c* mencionados acima, eles não são suficientes para dizer a sua natureza. A linguagem não é, também, apenas uma relação binária entre signo e coisa, signo e idéia, mas sim uma relação ternária, na qual os signos são símbolos denotativos de *coisas* e *idéias* porque lê as *significações* conotativamente.

Existe um vaivém cíclico entre as palavras e as coisas, entre elas e as significações, de tal forma que a *realidade* (as coisas, os fatos, as pessoas, as instituições sociais, políticas e culturais), o *pensamento* (as idéias ou conceitos como significações) e a *linguagem* (as palavras, os significantes) são inseparáveis, suscitam uns aos outros, referem-se uns aos outros e interpretam uns aos outros.

A linguagem não explica pensamentos, mas participa efetivamente do trabalho do pensamento, na formação e formulação dos valores e das idéias. Ela é uma mensura da nossa existência, é uma forma da nossa experiência total de seres que vivem no mundo e com os outros, por isso, ela (linguagem) é capaz de criar, interpretar e decifrar significações.

Para Chauí (2004, p. 151), a linguagem “é um sistema de signos ou sinais usados para indicar coisas, para a comunicação entre pessoas e para a expressão de idéias, valores e sentimentos.” Apesar de toda essa simplicidade definitiva da linguagem, ela esconde, há muito tempo, complicados problemas com os quais os filósofos têm travado contendas e debates.

Já que a lógica tradicional da linguagem (essencialmente atributiva) não consegue justificar fatos e proposições que descrevam as **relações**, temos que trazer o questionamento da nossa investigação à luz de uma sintaxe relacional, segundo os parâmetros evolutivos históricos e culturais de cada língua.

A língua inglesa obedece a uma “Word Order” de: possuidor com um marcador de posse (’s) acoplado a si + uma coisa possuída (João’s car), organizada como uma estrutura linear e coerente ao pensamento do seu falante. A língua portuguesa, porém, obedece a uma ordem inversa, em comparação à inglesa, apresentando primeiramente a coisa possuída que intercala a preposição *de*, com seu poder indicador de posse numa relação adjuntiva, com o possuidor (carro de João).

No entanto, ao analisarmos as expressões adjuntivas adnominais que exprimem **posse**, em português (carro de João), e o caso genitivo, em inglês (João’s car), apresentando a mesma relação/função, verificamos que elas conseguem expressar o mesmo pensamento em línguas e culturas diferentes. Constatamos, ainda, que a *’headword’*, ou o núcleo da expressão, detém-se na coisa possuída, e não no possuidor. Isso porque a concordância verbal em ambas as estruturas sintático-gramaticais, se dá com a coisa possuída.

Semanticamente, quem seria o elemento mais denso? O possuidor ou a coisa possuída? Estruturalmente, seria a coisa possuída, pela sintaxe de concordância verbal que acontece nessa expressão adjuntiva.

Assim, após as leituras feitas e exposição das mesmas, permitimo-nos inferir que a coisa possuída, mesmo sendo o elemento constitutivo de maior densidade dessa expressão adjuntiva, acabou retida em 2º lugar/2ª posição na evolução histórico-cultural da língua inglesa. Daí, questionamos se isso seria um disfarçamento do interesse real pela coisa possuída, ou um desejo escondido de dizer que o possuidor é mais importante que as coisas que ele possui, mesmo num mundo capitalista.

Dessa forma, indagamos se uma simples estrutura sintática, considerada apenas acessória dentro de uma oração, pode revelar (ou esconder?) os valores reais de um povo que, em pleno século XXI, é considerado o maior detentor do capital mundial. Ainda, se essa estrutura mascara o caráter capitalista desse povo, colocando o ser humano (possuidor) à frente de suas posses.

E quanto à língua portuguesa? Apesar de, também, presente em povos capitalistas, ela se encontra revelada/desmascarada por suas estruturas sintático-gramaticais, e, sem nenhuma humildade, registra oficialmente, que numa relação de possuidor + coisa possuída, a coisa possuída deve chegar à frente do possuidor; talvez este nem seja percebido ou nem esteja presente (ex.: O carro importado de João acabou de desembarcar na alfândega). Parece-nos que o possuidor fica relegado a um segundo plano/segunda ordem, revelando um pacifismo de um povo que concorda amigavelmente (ou covardemente?) em se omitir (ou encolher-se?) frente às suas propriedades em nome de uma ‘paz’ momentânea, por ‘humildade’ ou desencorajamento de fazer valer a soberania da propriedade, ainda que esteja inserido num sistema capitalista.

Pode-se ter perdido na memória temporal o posicionamento desses povos em suas lutas históricas, perdendo-se também o sentido de ganhadores ou perdedores, de povos respeitados ou mantenedores de porteiras fronteiriças abertas às invasões. Uma inquietação, surgida dos apontamentos acima, é saber se, em algumas culturas, o ser humano é mais valorizado que o capital; ou, em outras, se o capital se sobrepõe ao ser humano (possuidor).

Ao lembrar de Immanuel Kant, filósofo alemão e fundador da filosofia crítica, não fazemos neste artigo nada além de filosofar. De acordo com sua célebre frase que “não é possível aprender qualquer filosofia... só é possível aprender a filosofar,” juntamos à sua máxima o conceito de *filosofar* de um dos maiores lexicógrafos da Língua Portuguesa, Antônio Houaiss, ao dizer que filosofar é especialmente:

- a) entregar(-se) a longas reflexões, meditar, matutar;
- b) raciocinar;
- c) meditar ou discorrer sobre questões e problemas filosóficos.

Após essa junção, encerramos nosso artigo, não a contento de *muitos*, que, bem sabemos, gostariam de vê-lo concluído e de terem conhecido o

nosso *point-of-view*, mas com a esperança de termos inquietado *alguns* com as nossas inquietações/indagações suscitadas pela linguagem, enquanto estrutura gramatical e unidade de pensamento, em povos de culturas diferentes.

Referências Bibliográficas

- ABRÃO, Bernadette Siqueira. (org.) *A História da Filosofia*. Coleção: Os Pensadores. São Paulo. Editora Nova Cultural Ltda. 2004.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. ed. 11^a. São Paulo. Edição Saraiva. 1960.
- BECHARA, Evanildo. *Lições de Português pela Análise Sintática*. ed. 11^a. Rio de Janeiro. Editora Grifo. 1978.
- _____. *Moderna Gramática Portuguesa* (cursos de 1^o e 2^o graus). ed. 33^a. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1989.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. ed. 13^a. São Paulo. Editora Ática. 2004.
- ECKERSKEY, C. E. M. A. and ECKERSLEY, J. M. M. A. *A Comprehensive English Grammar* (for foreign students). Longman Group Limited – London. Printed in Hong Kong by Common Wealth Printing Press Ltd., 1980.